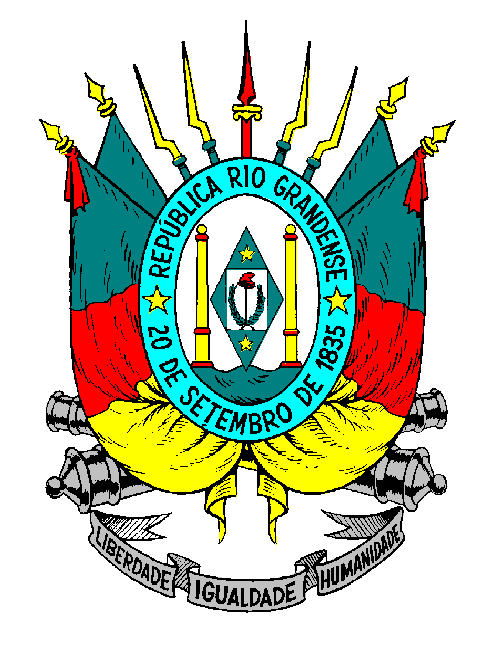
**Estado do Rio Grande do Sul**

Roteiro prático para ato de instituição órgão colegiado

ATO ADMINISTRATIVO Nº

Institui o Colegiado XXX

A **AUTORIDADE COMPETENTE,** no uso das atribuições que lhe confere

**DECRETA, DETERMINA, RESOLVE:**

**Art. 1º** Fica instituído Colegiado XXX, vinculado ao XXX, referir qual sua natureza (normativos, ativos, consultivos, de controle e contenciosos), podendo ter mais de uma, com a finalidade de XXX, e mencionar legislação caso esteja previsto em alguma lei.

**Art. 2º** O Colegiado XXX será composto por um representante titular e um suplente, dos seguintes órgãos e entidades, indicados pelos respectivos titulares:

I – os órgãos ou as entidades da administração pública estadual que participarão do Colegiado XXX e que receberem atribuições no âmbito do Colegiado devem ser consultados quanto à proposta e ter competência legal para o exercício destas atribuições;

II – os órgãos ou as entidades que não são integrantes da administração pública estadual (outros Poderes, outras esferas da administração e entidades privadas) serão convidados a participar do Colegiado, salvo se determinada sua participação por Lei.

III – se o colegiado contar com participação da sociedade civil ou entidades privadas, preferencialmente a composição deve ser paritária entre a administração pública e a sociedade civil, quando metade dos membros deve pertencer à administração pública direta e indireta e os demais a entidades privadas e representantes da sociedade civil; e

IV – a ordem dos incisos contendo os órgãos da administração pública estadual indicados para comporem o Colegiado deve ser a mesma referida nos arts. 5º e 6º da Lei nº 14.733, de 15 de setembro de 2015.

**§ 1º** O Colegiado XXX será coordenado pelo representante do órgão XXX, que terá as seguintes competências:

I – convocar reuniões;

II – organizar a ordem do dia;

III – assinar as atas aprovadas;

IV – outras previstas em Regimento Interno.

**§ 2º** O Colegiado XXX reunir-se-á... definir a forma de reunião, se haverá ordinária e extraordinária, e a quem caberá convocar as reuniões.

**§ 3º** Prever a forma das reuniões, inclusive quanto à possibilidade de reuniões remotas.

**§ 4º** <Critério de votação>.

**§ 5º** Caso de Conselhos deliberativos prever a decisão “ad referendum”, se entender importante.

**§ 6º** Necessidade de mandato e de recondução de membros.

**§ 7º** Previsão de qual autoridade designará os membros do Colegiado ou se serão indicados pelos titulares dos órgãos e entidades que o compõem ao Coordenador do Colegiado.

**§ 8º** O Coordenador do Colegiado poderá convidar para participar das reuniões, sem direito a voto, representantes de entidades ou especialistas que possam contribuir para o bom andamento das atividades.

**Art. 3º** Compete ao Colegiado XXX:

I – indicar a competência do Colegiado nos incisos, a exemplo de: implantar, estimular, fomentar, contribuir;

II – atentar para que os verbos utilizados nas competências sejam compatíveis com a natureza do colegiado;

III – colegiados com a participação da sociedade civil, de entidades privadas e de órgãos de outros Poderes e outras esferas da administração só poderá ter natureza consultiva, salvo se estabelecida a competência normativa, ativa, de controle ou contenciosa por Lei.

IV – colegiados com a participação de órgãos e entidades da administração pública estadual poderão ter outras competências que não a consultiva se a autoridade que instituir tal órgão tenha competência para o objeto do colegiado e ascendência hierárquica sobre todos os que irão compor o colegiado.

V – elaborar o seu Regimento Interno.

**Art. 4º** Estrutura de apoio e secretaria do Colegiado, quando houver.

**Art. 5º** Especificar que a participação é considerada serviço público relevante e não será remunerada ou se há previsão em Lei de remuneração.

**Art. 6º** Previsão de perda de mandato, pelos exemplos que seguem:

I – deixar de comparecer a XX reuniões no período de 1 ano;

II – deixar de cumprir determinadas atribuições, referidas objetivamente, como relatoria de determinado número de processos em determinado prazo.

**Art. 7º** Caso haja previsão de entrega de relatório ou proposta de alguma política pública, prever prazo para a apresentação e indicar para a qual autoridade será encaminhado.

**Art. 8º** Previsão de publicação das atas em determinado site, com vistas a maior transparência e acompanhamento do cidadão.

**Art. 9º** Esta (normativa) entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se (verificar se existem normativas anteriores sobre o tema que foram revisadas ou que estão ultrapassadas.

Porto Alegre,

**NOME,**

Autoridade Competente.